



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS

Processo TC 4233/989/18
Poder EXECUTIVO
Município Palestina
Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE PALESTINA
Período 04/2018
Relator Dra. Cristiana de Castro Moraes
Unidade Fiscalizadora UR-08 UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSE DO RIO PRETO
Responsável FERNANDO LUIZ SEMEDO
Cargo PREFEITO
CPF 018.966.388-05
Período de Gestão 01/01/2013 a 31/12/2020

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 2/08, vimos por meio deste **alertá-lo(a)** a respeito das seguintes situações:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Entrega intempestiva dos seguintes documentos:

Tipo de Documento	Mês	Ano
BALANCETE ISOLADO CONTA CONTABIL	4	2018
BALANCETE ISOLADO CONTA CORRENTE	4	2018
ATA AUDIENCIA AVALIAÇÃO CUMPRIMENTO METAS	4	2018
PARECER CONSELHO SAUDE	4	2018
ATA AUDIENCIA ACOES SAUDE	4	2018
Publ. do Demonst. de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Anexo 8 RREO)	4	2018
Publ. do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4	2018
PLAN LDO ATUALIZADA	4	2018

PLAN LOA ATUALIZADA	4	2018
PLAN PPA ATUALIZADO	4	2018
Conciliações Bancárias Mensais	4	2018
Atualização do Cadastro Geral de Entidades Mensal	4	2018

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO

Verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada é inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida.

3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

3.1 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

Data da Geração: 14/09/2018

Hora da Geração: 23:14:42